

## PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2007	
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO	
PROCESSO TRT Nº 02052.2007.000.14.00-9	
SETOR	COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
BASE LEGAL	Este procedimento licitatório obedecerá integralmente, as Leis nº 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/2006, bem como o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Decreto 6.204/2007 e as instruções normativas/MARE nº 05, de 21 de julho de 1995 nº 01 de 17 de maio de 2001, bem como pelas disposições fixadas neste Edital e Anexos.
TIPO	Menor Preço do lote.
OBJETO	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva do sistema da central de ar condicionado do Fórum Trabalhista de Rio Branco/AC, com fornecimento e substituição de peças inclusos, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência, constante do Anexo I, deste edital.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 28 de dezembro de 2007 às 13 (treze) horas.	
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 28 de dezembro de 2007 às 13:30 horas.	
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o <u>horário de Brasília /DF.</u>	
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL: - www.trt14.gov.br - ( Licitações/2006); - Telefone: ( 0xx) 69- 3211-6431. - Endereço: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região / Seção de Licitações -Rua: Almirante Barroso, nº 600, Bairro: Centro, 3º Andar -Diretoria Geral - CEP - 78.916-020 - Porto Velho/RO.	
LOCAL: www.trt14.gov.br / www.licitações-e.com.br - "Acesso Identificado".	

## EDITAL

PROCESSO Nº 02052.2007.000.14.00-9  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2007

### 1.0 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO, mediante o Pregoeiro, designado a fl. 43 dos presentes autos, por meio de utilização de recursos de tecnologia de informação - INTERNET, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local já indicados anteriormente, realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO do lote, objetivando a prestação do serviço descrito no Anexo I.

1.2 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante do quadro efetivo deste Regional, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações", constante da página eletrônica do Banco do Brasil S.A.

1.3 - O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as Leis nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que instituiu a modalidade Pregão e 8.666 de 21 de junho de 1993, bem como o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e as instruções normativas/MARE nº 05, de 21 de julho de 1995 nº 01 de 17 de maio de 2001, bem como pelas disposições fixadas neste Edital e Anexos.

### 2.0- DO OBJETO

2.1 - O presente Pregão Eletrônico tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva do sistema da central de ar condicionado do Fórum Trabalhista de Rio Branco/AC, com fornecimento e substituição de peças inclusos, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência, constante do Anexo I, deste edital.

3.0- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no Programa de Trabalho 02.061.0571.4256.0001 e Elemento de Despesa 3390.39.

### 4.0 - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

4.1- Observado o prazo legal de dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, o fornecedor poderá formular consultas por e-mail ou fax, informando o número da licitação.

### 5.0 - REFERÊNCIA DE TEMPO

5.1 - Todas as referências de tempo no edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília-DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

## 6.0- CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1 - Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos.

6.1.1.-Esta licitação é destinada exclusivamente à participação de Microempresas-ME e Empresas de Pequeno Porte-EPP, nos termos do artigo 6º do Decreto 6.204/07

6.2 - Estarão impedidas de participar de qualquer fase do processo empresas interessadas que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

6.2.1 - estejam constituídos sob a forma de consórcio;

6.2.2 - estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta por este Tribunal;

6.2.3 - sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;

6.2.4 - estejam sob falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação;

6.3- tenham funcionário ou membro da Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, mesmo sub-contratado, como dirigente, acionista detentor de mais de 5% do capital da empresa com direito a voto, controlador ou responsável técnico.

## 7.0 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

7.1.1 - coordenar os trabalhos da equipe de apoio;

7.1.2 - responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

7.1.3 - abrir as propostas de preços;

7.1.4 - analisar a aceitabilidade das propostas;

7.1.5 - desclassificar propostas indicando os motivos;

7.1.6 - conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;

7.1.7 - verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

7.1.8 - declarar o vencedor;

7.1.9 - receber, examinar e submeter os recursos à autoridade competente para julgamento;

7.1.10 - elaborar a ata da sessão;

7.1.11 - encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e

autorizar a contratação.

## 8.0 - CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO " LICITAÇÕES"

8.1 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País. (§ 1º, Art. 3º, do Decreto 5.450, 31/05/05).

8.2- A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), opção "Acesso Identificado".

8.3 - A chave de identificação e a senha terão validade de um ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificada.

8.4 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no "licitações-e".

8.5 - Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.6 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao TRT-14ª Região ou ao Banco do Brasil S.A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.7 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

8.8- É de inteira e exclusiva responsabilidade do pretense licitante o acesso à senha, aos dados, à chave de identificação e ao envio das propostas até a data e horário limite para o acolhimento das propostas.

## 9.0 - PARTICIPAÇÃO

9.1 - A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico no site [www.licitacoes-ecom.br](http://www.licitacoes-ecom.br), Licitacoes-e, opção " Acesso Identificado", observando data e horário limite estabelecidos.

9.2 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.3 - Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.3.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

## 10.0 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

10.1 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

10.2 - Ao apresentar sua proposta e ao formular lances, o licitante concorda especificamente com as seguintes condições:

10.2.1 - o material ofertado deverá atender a todas as especificações constantes do Anexo I deste edital.

10.3 - Prazo de validade da proposta: não pode ser inferior a sessenta dias consecutivos, a contar da data da entrega da proposta devidamente consolidada.

10.4 - A Garantia do material deverá ser de 01 ano do fabricante;

10.5 - O preço deverá ser cotado em moeda corrente nacional e nele deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, tais como, despesas administrativas, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do material.

## 11.0 - ABERTURA DAS PROPOSTAS

11.1 - A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, pelo site já indicado no item 9.1, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

11.2 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11.2.1 - Serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

11.2.2 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.3 - Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

11.4 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento

iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.5- O tempo normal de disputa será controlado e encerrado pelo pregoeiro, o qual será de 5 (cinco) minutos, logo após, a disputa entrará na fase randômica e poderá ser encerrada a qualquer momento.

11.6- O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão do pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

11.7- O Pregoeiro examinará a proposta da ME ou EPP quanto à compatibilidade do preços em relação ao estimado para a contratação, podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico contraproposta, para que seja obtida melhor oferta, verificando, em seguida, a habilitação do licitante conforme disposições deste instrumento.

11.8- Constatado o pleno atendimento das condições editalícias, a ME ou EPP proponente será declarada vencedora.

11.9- O licitante vencedor obriga-se a encaminhar, a partir da solicitação do pregoeiro, no sistema, até as 18:30 horas (horário de Brasília) do dia do encerramento da sessão, via fax, os documentos de habilitação, cuja verificação não seja possível através do SICAF, e a proposta readequada ao novo valor, juntamente com as declarações constantes dos anexos II, III, IV e V deste Edital.

11.10- No prazo de 02 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão, sob pena de desclassificação, o licitante vencedor deverá enviar proposta escrita, datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas; com todas as folhas rubricadas, exceto a última, que deve ser assinada pelo representante da empresa, contendo a descrição completa do produto ofertado, bem como todas as informações previstas no Termo de Referência, consignando as quantidades e valores unitários e totais readequados ao lance vencedor, dela devendo constar também:

11.10.1- Razão social do proponente, endereço, CNPJ, número da conta-corrente, agência e respectivo banco e, se possuir, nº. de telefone/nº. do aparelho de fac-símile (fax) e endereço eletrônico (e-mail).

## 12.0 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1 - O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de "menor preço do lote", podendo encaminhar pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor do lote, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital.

12.2 Após a sessão de lances, analisando a aceitabilidade ou não, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

12.3 - Se a proposta de menor valor total do lote, não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

12.4- No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.5- Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada que será divulgada no sistema eletrônico.

12.6- Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o objeto deste Pregão será adjudicado ao autor da proposta de menor preço do lote.

### 13 - DA HABILITAÇÃO

13.1. Após o encerramento da fase de lances e aceitação da proposta, o pregoeiro procederá à verificação da habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, a qual consistirá na constatação da regularidade fiscal, bem como a habilitação jurídica( item 13.1.1), qualificação técnica(item 13.1.3) e Anexos. O licitante que possuir o regular cadastro junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), estará desobrigado apenas da apresentação dos documentos relativos à regularidade fiscal, elencados no item 13.1.2, permanecendo a obrigação de apresentar os demais documentos exigidos neste edital (itens 13.1.1, 13.1.3. Caso a empresa não esteja cadastrada no SICAF deverá apresentar os seguintes documentos habilitatórios:

13.1.1. Quanto à Habilitação Jurídica:

13.1.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

13.1.1.2 . Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

13.1.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de diretoria em exercício;

13.1.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.1.2. Quanto à Regularidade Fiscal:

13.1.2.1. Prova de regularidade relativa à Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União);

13.1.2.2. Prova de regularidade relativa à Fazenda Estadual;

13.1.2.3. Prova de regularidade relativa à Fazenda Municipal;

13.1.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

13.1.3. Quanto à Qualificação Técnica:

13.1.3.1. - A Qualificação Técnica será comprovada mediante a apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para o fornecimento pertinente e compatível com o objeto da licitação.

13.2. Todos os licitantes deverão, ainda, apresentar os seguintes documentos:

13.2.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial/ extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada de até 30 (trinta) dias anteriores à data da abertura das propostas;

13.2.2. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do §2º do artigo 32 da Lei 8666/93 (anexo I I).

13.2.3. Declaração da licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e artigo 27, inciso V, da Lei 8.666/93, devendo tal declaração estar em conformidade com o modelo anexo I I I do Edital e estar assinada pelo representante legal da licitante.

13.2.4. Declaração da empresa de que não possui em seu quadro de pessoal, empregado (s) que seja (m) cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, nos termos da Resolução nº 09, de 06 de dezembro de 2005, conforme (anexo I V).

13.2.5-Declaração da empresa de que é MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE, constituídas na forma da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, conforme (Anexo V).

13.2.6- Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia devidamente autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial . As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.

13.2.6.1 - As cópias apresentadas deverão vir autenticadas por cartório, com vistas à agilização dos procedimentos de análise da documentação.

13.2.6.2-Ao Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

13.3. As ME e as EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de habilitação, inclusive os documentos de regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

13.3.1. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal da ME ou da EPP declarada vencedora será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da declaração de

vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

13.3.2. A não comprovação da regularidade fiscal até o final do prazo estabelecido implicará a decadência do direito da primeira colocada, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

13.3.3. Os documentos relativos à regularidade fiscal (item 13.1.2 supra) poderão ser substituídos pelo registro cadastral no SICAF, desde que presentes na base de dados do sistema informações suficientes, inclusive quanto ao prazo de validade das respectivas certidões.

13.3.4. É assegurado ao já cadastrado o direito de apresentar, via *fax*, a documentação atualizada e regularizada.

13.3.5. Os documentos exigidos neste procedimento poderão ser apresentados em original, por meio de cópias autenticadas por cartório competente ou servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cotejada com os originais para os mesmos fins acima mencionados.

13.3.6. Os documentos obtidos através de *sites* terão sua autenticidade verificada, via *Internet* e certificada pelo Pregoeiro ou extraído o respectivo comprovante, nos casos em que o órgão responsável pela emissão do documento disponibilizar sua consulta.

13.3.7. Os *sites* oficiais poderão ser consultados para efeito de comprovação da regularidade fiscal de documento que se apresente com prazo de validade vencido no SICAF.

13.3.8. Serão inabilitados os licitantes que não cumprirem as exigências deste edital para tal fim.

#### 14.0 - HOMOLOGAÇÃO:

14.1 - Após a adjudicação, a presente licitação será homologada pela autoridade competente do TRT da 14ª Região sendo referido ato publicado no Diário Oficial da Justiça do Trabalho e no Diário Oficial da União.

14.2 – Havendo recurso, e após a manifestação do pregoeiro, a Administração do TRT da 14ª Região decidirá sobre o assunto, a qual poderá adjudicar e homologar (ou não) o objeto da licitação.

#### 15.0- DA CONTRATAÇÃO:

15.1 - A empresa adjudicatária será convocada oficialmente para retirar a Nota de Empenho, devendo comparecer no prazo máximo de cinco dias úteis, contados a partir do recebimento da comunicação oficial pelo setor competente.

15.1.1 - Decorrido o prazo de cinco dias úteis após o recebimento do comunicado oficial observado o disposto no § 1º do artigo 64 da Lei 8.666/93, e não tendo a empresa vencedora comparecido ao chamamento, perderá o direito à contratação e estará sujeita às penalidades previstas no item 21.0 deste edital.

15.2- Nas hipóteses de recusa do adjudicatário ou seu não comparecimento, para a retirada da Nota de Empenho, no prazo estipulado, bem como em caso de perda dos requisitos de manutenção da habilitação, será aplicado o disposto no § 3º, art. 27, do Decreto nº 5.450/05, com a convocação do licitante que tenha apresentado a segunda melhor oferta classificada, obedecidos aos procedimentos de habilitação referidos no item e subitens 13 do edital.

15.3- O disposto no item anterior poderá sempre se repetir até a efetiva celebração da contratação, observadas as ofertas anteriormente apresentadas pelos licitantes, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis ao licitante que não cumprir os compromissos assumidos no certame.

15.4 - A empresa adjudicatária está obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões até 25% do valor contratado, na forma do artigo 65 § 1º da Lei nº 8.666/93

#### 16.0 - DO REAJUSTE:

16.1 - O preço será fixo e irrevogável.

#### 17.0 - OBRIGAÇÕES DO TRT 14ª REGIÃO

17.1 - Compete ao Tribunal:

-Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

#### 18.0 - ENTREGA E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

18.1- O prazo máximo de entrega do material deverá ser igual ou inferior a 30 (trinta) dias consecutivos, contado a partir do recebimento da Nota de Empenho, e a entrega do material será efetuada no seguinte endereço: TRT-14ª Região / Almoxarifado Central da Diretoria de Serviço de Material e Patrimônio, localizado na Av. Rio Madeira, nº 3997, Distrito Industrial, nesta Capital de Porto Velho/RO, em dias úteis no horário das 8 h às 18 h, com a apresentação da correspondente Nota Fiscal.

#### 19.0 - DO PAGAMENTO

19.1 - O pagamento será efetuado pelo Banco do Brasil S/A, em até quinze dias úteis após a liquidação da despesa, a ser feita nos autos, e em face da apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TRT-14ª Região.

19.2 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS.

19.3 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

19.4 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

#### 20.0 - IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

20.1 - Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico.

20.2 - Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso. Os demais licitantes ficam, desde logo, intimados a, querendo, apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

20.3 - A falta de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recorrer, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

20.4- Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

20.5 - Os recursos e contra-razões de recurso, bem como impugnação do edital, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e protocolados junto à Diretoria de Serviço de Cadastramento Processual, localizada na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, na Rua: Almirante Barroso, nº 600 - Centro, CEP - 78.916-020 - Porto Velho/RO, em dias úteis, no horário de 8h às 18h, o qual deverá receber, examinar e submetê-los à autoridade competente que decidirá sobre a pertinência.

#### 21.0 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 - Pelo atraso injustificado na execução do objeto pactuado, pela sua inexecução total ou parcial, conforme o caso, o TRT 14ª Região poderá aplicar à empresa adjudicatária as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

21.1.1 - multa de 0,5% por dia, até o máximo de 10% sobre o valor adjudicado, em decorrência de atraso injustificado na prestação dos serviços;

21.1.2 - advertência;

21.1.3 - multa de até 10% sobre o valor total adjudicado no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

21.1.4 - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

21.1.5 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

21.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração do TRT da 14ª Região, pelo prazo de até cinco anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:

21.2.1- ensejar o retardamento da entrega do objeto deste Pregão;

21.2.2 - não mantiver a proposta, injustificadamente;

21.2.3 - comportar-se de modo inidôneo;

21.2.4 - fazer declaração falsa;

21.2.5 - cometer fraude fiscal;

21.2.6 - falhar ou fraudar na entrega do objeto contratado.

## 22.0 - DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 - A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração do TRT-14ª Região, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

22.2 - Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o TRT-14ª Região não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.3 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado ou, caso tenha sido o vencedor, a anulação da aquisição do material, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.4 - Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

22.5 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal neste Regional.

22.6 - É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

22.7 - Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação / inabilitação.

22.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

22.9 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

22.10 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação de que se comprove o recebimento ou

ainda, mediante publicação no Diário Oficial da União.

22.11 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

22.12 - A Contratante publicará o extrato da homologação da licitação no Diário Oficial da União.

22.13 - O edital encontra-se disponível no site [www.trt14.gov.br](http://www.trt14.gov.br) - Licitações / 2007 ou no TRT-14ª Região, bem como poderá ser retirado na Seção de Licitações, localizada na Rua: Almirante Barroso, nº 600, Centro, 3º andar, Porto Velho/RO, telefone - (0xx)69-3211-6431, em dias úteis, no horário das 8 h às 18 h.

22.14 - Quaisquer pedidos de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital e anexos, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro através do telefone acima mencionado ou fax (069)3211-6432, ou por escrito e protocolados junto à Diretoria de Serviço de Cadastramento Processual, localizada na sede do TRT da 14ª Região, na Rua Almirante Barroso, 600 - Centro, CEP - 78.916-020 - Porto Velho/RO, em dias úteis, no horário de 8h às 18 h.

22.15 - Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes dos Decretos e Leis citadas no item 1.3 deste edital.

22.16 - O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro.

22.17 - São partes integrantes deste edital:

22.17.1 - Anexo I - (Termo de Referência/PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO);

22.17.2- Anexo I I - (Modelo de Declaração de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação);

22.17.3 - Anexo I I I - (Modelo de Declaração Quanto ao Cumprimento às Normas Relativas ao Trabalho do Menor).

22.17.4 - Anexo I V - (Modelo de Declaração Quanto ao cumprimento a determinação contida na Resolução nº 9, de 06.12.2005, do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA).

22.17.5-ANEXO V- (Modelo de Declaração de MICROEMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE).

Porto Velho/RO, 14 de dezembro de 2007

André Luís Chaves Moreira  
Pregoeiro

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

2.0- PLANILHA DE CUSTOS - com os valores de referência praticados no mercado para aquisição do bem, conforme determina o Decreto nº 5.450/2005.- (Descrição, Especificações mínimas e Quantitativas)

LOTE I

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANT	UNIT.R\$	TOTAL R\$
Aquisições de peças para serem aplicadas na central de ar do Fórum de RB				
01	Contato auxiliar uma unidade para cada Self.	07	40,00	280,00
02	Fluxostato para torre Alpina	01	200,00	200,00
03	Termostato para água da torre Alpina	01	250,00	250,00
04	Cabo pp 2 x 1,5 mm <sup>2</sup>	100	2,50	250,00
05	Eletroduto cinza ½ barra com 3,0 mts.	25 unid	14,50	362,50
06	Caixa de derivação	15 unid	14,00	210,00
07	Abraçadeira, suporte, conexão, etc..	div.	200,00	200,00
08	Abertura poço de medição	12 unid.	90,00	1.080,00
09	Manômetro água escala de 0-15kg/cm <sup>2</sup>	07	190,00	1.140,00
09	Termômetro água escala de 0-100 °C	07	190,00	1.140,00
10	Rotor da bomba água de condensação	02	320,00	640,00
11	Reparo da válvula gaveta de 2”(duas polegadas)	10 unid	170,00	1.700,00
12	Tampa do cooler de água de condensação, com as juntas (em guarnital) revestido em amianto e parafusos em aço das tampas.	28 unid	350,00	9.800,00
13	Bandejas internas que recebem água dos evaporadores	07	200,00	1.400,00
	Retificação das faces dos condensadores	07	200,00	1.400,00
<b>TOTAL DE PEÇAS</b>				
<b>SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DA CENTRAL DE AR</b>				
1	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA:	Vb	4.000,00	4.000,00
TOTAL ESTIMATIVO DE PEÇAS + SERVIÇOS= R\$ 24.052,50 (Vinte e quatro mil e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos )				

CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS

2.1 - Os requisitos mínimos obrigatórios encontram-se especificados na descrição do objeto;

## PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO

Em cumprimento ao artigo 7º, inciso I, c/c com o artigo 6º, inciso IX, da Lei nº 8.666/93, alterada pelas Leis 8.883/94 e 9.648/98, elaboramos o presente Projeto Básico e Executivo, para que seja efetuada a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva do sistema da Central de ar condicionado do Fórum de Rio Branco/AC, com substituições e fornecimento de peças, sem ônus para a Contratante de acordo com a relação abaixo, conforme discriminação e quantificação constante em planilha de custos em anexo.

### DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva do sistema da central de ar condicionado do Fórum Trabalhista de Rio Branco/AC, com fornecimento e substituição de peças inclusos, conforme discriminação e quantificação constante em planilha de custos em anexo.

### LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Nas dependências do prédio onde funciona o Fórum Trabalhista de Rio Branco/AC, situado à rua Benjamin Constant, 266, centro, na cidade de Rio Branco/AC.

### RELAÇÃO DE PEÇAS

Deverá a Contratada, no exercício de suas atividades de manutenção, substituir e fornecer, sem ônus para a Contratante, as seguintes peças, que no momento estejam danificas, deixando o equipamento em funcionamento:

- Contato auxiliar para Self-Contained;
- Fluxostato para torre Alpina;
- Termostato para água da torre Alpina;
- Manômetro d'água escala de 0-15kg/cm<sup>2</sup>;
- Termômetro d'água escala de 0-100 °C;
- Cabo pp 2 x 1,5 mm<sup>2</sup>;
- Eletroduto cinza ½ barra com 3,0 mts.;
- Caixa de derivação;
- Abraçadeira, suporte, conexão, etc...;
- Abertura poço de medição;
- Tampa do cooler de água de condensação, com as juntas (em guarnital) revestido em amianto e parafusos em aço das tampas;
- Bandejas internas que recebem água dos evaporadores;
- Retificação das faces dos condensadores;

### ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS

Proteção do funcionamento dos Self-Contained condensação de água na falta e falha na torre de condensação (instalação de Fluxostato);

Instalação de termostato para controle da temperatura de água de condensação para desligar/ligar;

Motor elétrico do ventilador da torre de condensação em função da temperatura de projeto água de condensação;

Instalação de poços de medição na tubulação da água para medição de pressão da água de condensação nas casas de máquinas;

Troca das tampas dos cooler dos condensadores, sendo que os mesmos estão sem ranhuras internas o que acarreta uma velocidade maior de água de condensação prejudicando a troca de calor;

Troca dos rotores das bombas de água de condensação para aumento de fluxo de água nos Cooler, conseqüentemente, aumentar rendimento dos equipamentos;

Troca de reparos das válvulas tipo gaveta da tubulação de água do condensado para efetuar o balanceamento do fluxo em todas as casas de máquinas, as válvulas atuais não estão fechando;

Executar balanceamento de água de condensação após efetivação de todos os reparos apresentados;

Executar medição da saída do ar refrigerado nos evaporadores das casas de máquinas e retorno do ar na casa de máquinas;

Efetuar balanceamento da saída do ar refrigerado nos ambientes condicionados;

Efetuar, medir, completar se necessário gás refrigerante na forma de superaquecimento e subresfriamento conforme dados técnicos do equipamento;

Efetuar e apresentar check list de todos os serviços executados: como pressão de água de condensação, perda de carga, pressão do gás para cada equipamento, voltagem e amperagem de cada equipamento, temperatura de insuflamento e retorno de ar condicionado;

Apresentar a tabela do fabricante do equipamento instalado com os dados de projeto e dados medidos para efetuar o comparativo do rendimento dos equipamentos.

## DA EXECUÇÃO E GARANTIA DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser executados no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato.

A garantia dos serviços para a empresa contratada será de 03 (três) meses, á partir do recebimento definitivo dos serviços pela Seção de Supervisão de Máquinas e Equipamentos e Diretoria do Fórum Trabalhista de Rio Branco/AC.

## DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, em favor da Contratada, em moeda corrente nacional, em até 15 (quinze) dias úteis, após a conclusão dos serviços.

## DA FISCALIZAÇÃO

Todos os serviços executados pela empresa CONTRATADA, serão acompanhados e fiscalizados pelas Seção de Supervisão de Máquinas e Equipamentos e Diretoria do Fórum Trabalhista de Rio Branco/AC, com autoridade para exercer em nome do TRT da 14ª Região toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços.

A CONTRATADA não poderá, em hipótese nenhuma, iniciar os serviços contratados sem prévia emissão, pela Seção de Supervisão de Máquinas e Equipamentos ou Diretoria do Fórum Trabalhista de Rio Branco/AC, da correspondente **Ordem de Serviço**.

À FISCALIZAÇÃO compete, entre outras atribuições:

Verificar a conformidade da execução dos serviços com as normas especificadas e se os procedimentos e materiais, peças e componentes empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

Ordenar à CONTRATADA que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

A ação da fiscalização exercida pelo TRT da 14ª Região, não exonera a empresa CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

## CONDIÇÕES GERAIS

Alteração do quantitativo e demais componentes necessário para execução da tarefa é de responsabilidade do executor dos serviços propostos.

As empresas interessadas deverão, antes do procedimento licitatório, visitar o local onde os serviços serão executados, para efetuar os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser posteriormente alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de custos.

A empresa deverá apresentar, após a execução dos serviços de manutenção, os Relatórios de Execução dos Serviços, devendo ser conferidos e certificados pelo Chefe da Seção de Supervisão de Máquinas e Equipamentos e Diretoria do Fórum Trabalhista de Rio Branco/AC.

Após a conclusão dos serviços, será obrigação da Contratada apresentar os seguintes documentos: Nota Fiscal, destacando o Imposto Sobre Serviços - ISS, Certidão Negativa de Débitos - CND do INSS, Certificado de Regularidade de Situação - CRS junto ao FGTS, GPS dos serviços, GFIP dos serviços, Folha de Pagamento dos Funcionários, Recibo de Pagamento dos empregados, Cópia do Livro de Registro dos empregados, Relação de Empregados junto ao FGTS, e Declaração de que a empresa esta em dia com a escrituração contábil, inclusive referenciando a escrituração da(s) nota(s) fiscais apresentadas, devidamente assinada pelo Contador e Sócio Gerente da Empresa.

Porto Velho/RO, 31 de outubro de 2007.

*Antenor Evangelista de Oliveira Junior*  
Assistente Chefe da Seção de Supervisão de Máquinas e Equipamentos

**EQUIPAMENTOS QUE COMPÕEM O SISTEMA DE AR CONDICIONADO DO  
PRÉDIO DO FÓRUM TRABALHISTA DE RIO BRANCO/AC**

**SELF CONTAINED**

Marca

Carrier

Modelo	50 BR 012
Capacidade Nominal (Kcal/h)	36.288
(TR)	12
Vazão Nominal (m <sup>3</sup> /h)	6.800
Alimentação Principal (V/F/Hz)	220 / 3 / 60
Peso da Unidade (Standard) (Kg)	439
Consumo Nominal (KW)	16, 09
Vazão de Água Nominal (m <sup>3</sup> /h)	8, 3
Quantidade	01

#### **SELF CONTAINED**

Marca	Carrier
Modelo	50 BR 016
Capacidade Nominal (Kcal/h)	48.989
(TR)	16
Vazão Nominal (m <sup>3</sup> /h)	10.200
Alimentação Principal (V/F/Hz)	220 / 3 / 60
Peso da Unidade (Standard) (Kg)	480
Consumo Nominal (KW)	22, 76
Vazão de Água Nominal (m <sup>3</sup> /h)	11, 3
Quantidade	06

#### **TORRE DE RESFRIAMENTO**

Fabricação	Alpina
Modelo	72/3 A-19-II
Vazão de Água (m <sup>3</sup> /h)	88, 0
Temperatura de Entrada de Água (°C)	36, 0
Temperatura de Saída (°C)	30, 5
Temperatura de Bulbo Úmido do Ar (°C)	28, 5
Motor do Ventilador (CV)	7, 5
Quantidade	01

#### **BOMBAS**

Fabricante	E.H. Bombas
Modelo	E.H.F. 65-25M
Vazão de Água (m <sup>3</sup> /h)	71
Pressão (m.c.a.)	25
Rotação (rpm)	1750

Motor (CV)	12, 5
Características Elétricas	220 / 760 V / 3F / 60 Hz / 4
Polos	
Quantidade	02

Porto Velho/RO, 07 de novembro de 2007.

*Antenor Evangelista de Oliveira Junior*  
*Assistente Chefe da Seção de Supervisão de Máquinas e Equipamentos*

PLANILHA DE CUSTO

MANUTENÇÃO CORRETIVA NA CENTRAL DE AR DO FÓRUM TRABALHISTA  
DE RIO BRANCO/AC

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANT	UNIT.R\$	TOTAL R\$
Aquisições de peças para serem aplicadas na central de ar do Fórum de RB				
01	Contato auxiliar uma unidade para cada Self.	07	40,00	280,00
02	Fluxostato para torre Alpina	01	200,00	200,00
03	Termostato para água da torre Alpina	01	250,00	250,00
04	Cabo pp 2 x 1,5 mm <sup>2</sup>	100	2,50	250,00
05	Eletroduto cinza ½ barra com 3,0 mts.	25 unid	14,50	362,50
06	Caixa de derivação	15 unid	14,00	210,00
07	Abraçadeira, suporte, conexão, etc..	div.	200,00	200,00
08	Abertura poço de medição	12 unid.	90,00	1.080,00
09	Manômetro água escala de 0-15kg/cm <sup>2</sup>	07	190,00	1.140,00
09	Termômetro água escala de 0-100 °C	07	190,00	1.140,00
10	Rotor da bomba água de condensação	02	320,00	640,00
11	Reparo da válvula gaveta de 2”(duas polegadas)	10 unid	170,00	1.700,00
12	Tampa do cooler de água de condensação, com as juntas (em guarnital) revestido em amianto e parafusos em aço das tampas.	28 unid	350,00	9.800,00
13	Bandejas internas que recebem água dos evaporadores	07	200,00	1.400,00
	Retificação das faces dos condensadores	07	200,00	1.400,00
TOTAL DE PEÇAS				20.052,50
SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DA CENTRAL DE AR				
1	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA:	Vb	4.000,00	4.000,00
TOTAL ESTIMATIVO DE PEÇAS + SERVIÇOS= R\$ 24.052,50 (Vinte e quatro mil e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos )				

**OBSERVAÇÕES:** O critério de julgamento do processo licitatório será efetuado levando-se em consideração o valor total da proposta, incluindo-se **peças e os serviços** executados na central de ar do Edifício do Fórum Trabalhista de Rio Branco, sagrando-se vencedora a empresa que ofertar o menor preço total, atendidas as demais condições do Projeto Básico e Executivo.

Porto Velho/RO, 31 de outubro de 2007.

*Antenor Evangelista de Oliveira Junior*

### **RELAÇÃO DE PEÇAS**

Deverá a Contratada, no exercício de suas atividades de manutenção, substituir e fornecer, sem ônus para a Contratante, as seguintes peças, que no momento estejam danificadas, deixando o equipamento sem funcionamento:

- Self-Contained

Contatos auxiliar, pressostato de óleo, termostato, válvulas solenóides, modulantes, umidostato, chaves elétricas, relés de sobrecarga, dispositivo de segurança, fusíveis, lâmpada piloto, serpentinas, filtros, bandejas, luvas, polias, correias etc...

- Quadro elétrico

Fusíveis, chaves seccionadoras e seletoras, lâmpadas sinalizadoras, dispositivo de comando, controle de segurança em seu automático e seqüência operacional etc...

- Torre de Arrefecimento

Fluxostato, termostato, acoplamento (luvas, correias, polias), motor ventilador (rolamento, rebobinagem), chaves elétricas, relés de sobrecarga e dispositivo de segurança, registro de bóia, atuação dos dispositivo de segurança de medição e controle etc..

- Motor-bomba d'água

Gaxeta, acoplamento, juntas flexíveis, rolamentos, selo mecânico, chaves elétricas, relés de sobrecarga, amotecedores, mancais, dispositivo de segurança etc..

- Material que envolve a tubulação

Registro para drenagem de água de retorno, manômetro, termômetro, válvula de gaveta, justas para tampa do cooler da água do condensado (em guarnital revestido de amianto),

(Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação)

(NOME DA EMPRESA)

\_\_\_\_\_,  
CNPJ/Nº \_\_\_\_\_, se  
diada \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
(endereço  
completo)

\_\_\_\_\_, declara, sob as penalidades da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data: \_\_\_\_\_.

(a) \_\_\_\_\_

Nome e número da identidade do declarante

(Representante Legal)

Carimbo CNPJ

A N E X O I V

DECLARAÇÃO - ( MODELO )

( Empregador Pessoa Jurídica )

Referente Pregão nº 009/2007

....., inscrito no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., DECLARA, para fins no disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(Observação: caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Local e data:....., ..... de ..... de .....

\_\_\_\_\_  
( Assinatura)

ANEXO V

( Modelo de Declaração quanto ao cumprimento a Resolução Nº 9, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2005, do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA)

(NOME \_\_\_\_\_ DA \_\_\_\_\_ EMPRESA)

CNPJ Nº \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_,  
(endereço completo) \_\_\_\_\_,

declara, sob as penalidades da lei, que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado (s) que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta , colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, nos termos da Resolução nº 9, de 06 de dezembro de 2005.

Local e Data: \_\_\_\_\_.

(a) \_\_\_\_\_  
Nome e número da identidade do declarante  
(Representante Legal)